



COMISSÃO PERMANENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (CAMA)

PARECER

Processo legislativo: PROJETO DE LEI Nº 64/2025.

Iniciativa: Vereadores Deneval Rocha, Regina Tosta Machado, Saulo de Souza Ribeiro e Felipe Barbosa dos Santos.

Relator: Vereador Deneval Rocha.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 64/2025, de iniciativa dos Vereadores Deneval Rocha, Regina Tosta Machado, Saulo de Souza Ribeiro e Felipe Barbosa dos Santos, que altera e insere dispositivos que especifica à Lei nº 3.325, de 11 de junho de 2015, que institui o programa Porteira Adentro no âmbito do Município de Nova Venécia-ES, através de sistema de parcerias com produtores rurais.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 9 de setembro de 2025. Sendo o processo legislativo encaminhado a esta Comissão Permanente de Agricultura e Meio Ambiente, foi designado como relator o Vereador Saulo Ribeiro de Souza, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.









Não sendo exarado o parecer pelo relator, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, avoquei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 69, VII. do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico nº109/2025, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição.

De posse do processo legislativo, na condição de relator, passo a exarar o parecer, de acordo com a competência da comissão prevista neste regimento, de forma explícita ou implícita, pelos fundamentos políticos abaixo.

II – DOS PRESSUPOSTOS POLÍTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DO SETOR AGRÍCOLA E RURAL DO MUNICÍPIO:

O Município, como ente federado autônomo, nos termos do art. 18 da Constituição Federal, deve estabelecer, de acordo com as suas competências legislativas e administrativas do art. 30 do texto magno, programas de desenvolvimento dos diversos setores da administração, inclusos os programas voltados para a política agrícola.

O art. 164, inciso VIII, da Lei Orgânica estabelece que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, dentre outros critérios ou requisitos, e traz a importância do programa para área, conforme segue:

> Art. 164. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenagem e de transporte, levando em conta especialmente:

> VIII - a infraestrutura física, viária, social e de serviços na zona rural, nela incluída a eletrificação, telefonia, armazenamento da produção, habitação, irrigação, drenagem, barragem, estrada e transporte, educação, saúde, lazer, segurança, desporto, assistência social, cultural, mecanização agrícola e garantia de preço de mercado.

Nota-se assim a importância do programa porteira adentro como forma de incentivar a fixação do homem do campo, criando-se condições de produção e investimentos no setor agropecuário.

Para melhor justificar, reproduzimos a justificativa dos autores:

"Apresentamos para apreciação e deliberação deste colegiado o projeto de lei que altera e insere dispositivos que especifica à Lei nº 3.325, de 11 de junho de 2015, que institui o programa porteira adentro no âmbito do Município de Nova Venécia-ES, através de sistema de parcerias com produtores rurais.







A presente proposição tem por objetivo sanar lacunas na aplicação do programa, ampliando a possibilidade de atendimento aos imóveis rurais localizados em municípios limítrofes. Essa medida se justifica diante da realidade enfrentada por produtores rurais que se encontram nos extremos do território municipal, especialmente em áreas de divisa, onde muitas vezes se sentem lesados e esquecidos.

Tais localidades frequentemente não recebem a devida atenção de ambos os municípios envolvidos, gerando abandono na manutenção de estradas vicinais, vias públicas, e falta de carreadores. Essa situação resulta em dificuldades no escoamento da produção agrícola e no deslocamento das famílias residentes, impactando diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico da região.

A proposta visa estabelecer critérios claros e viáveis para que o Poder Público possa atuar de forma mais eficiente em áreas limítrofes, garantindo o atendimento e promovendo a justiça social no campo.

É a justificativa."

Importante também fazer remissão ao Parecer Jurídico nº 109/2025, exarado pelo Subprocurador Geral da Câmara Municipal, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição, conforme já analisado pela comissão anterior.

III - VOTO DO RELATOR:

Diante de todo o exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 64/2025.

É o PARECER pela aprovação do Projeto de Lei nº 64/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 27 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

DENEVAL ROCHARelator – Presidente da CAMA
Vereador pelo PSD







COMISSÃO PERMANENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (CAMA)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 64/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 64/2025: altera e insere dispositivos que especifica à Lei nº 3.325, de 11 de junho de 2015, que institui o programa Porteira Adentro no âmbito do Município de Nova Venécia-ES, através de sistema de parcerias com produtores rurais.
INICIATIVA:	Vereadores: Deneval Rocha, Regina Tosta Machado, Saulo de Souza Ribeiro e Felipe Barbosa dos Santos
RELATOR:	Vereador Deneval Rocha (PSD).

A Comissão Permanente de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador Deneval Rocha (PSD), às folhas 30 a 32, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 29 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.



Avenida Vitória, 23 – Centro – Caixa Postal 4 – 29830-000 – Mova Venécia-ES





É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 64/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 29 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

DENEVAL ROCHARelator - Presidente da CAMA
Vereador pelo PSD

SALVO DE SOUZA RIBEIRO Vice-Presidente da CAMA Vereador pelo PL



conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.